



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0152128- 8/01

COMARCA:

2ª VARA CÍVEL DE CARUARU

EMBARGANTE:

UNIMED CARUARU – COOPERATIVA DE TRABALHO
MÉDICO

EMBARGADO:

ALZIRA DE ALMEIDA FERREIRA E OUTRO

RELATOR:

DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO EM ACÓRDÃO QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO – INOCORRÊNCIA - DECISÃO EXAUSTIVA DO TEMA, LIVRE DE QUALQUER DIFICULDADE DE COMPREENSÃO E ANÁLISE – AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU OBSCURIDADE QUE AUTORIZE EMENDAS AO SEU TEOR - IMPOSSIBILIDADE DE REVISITAR QUESTÕES APRECIADAS E DECIDIDAS – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS, CONHECIDOS E JULGADOS IMPROCEDENTES - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0152128-8/01, em que figuram como Embargante UNIMED CARUARU – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, e como Embargada ALZIRA DE ALMEIDA FERREIRA E OUTRO, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam o seguinte: *"À unanimidade, foram os embargos conhecidos e rejeitados, nos termos do voto do relator"*, tudo de acordo com o relatório, o voto e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 25 de setembro de 2009.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

184

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0152128 - 8 /01

EMBARGANTE: UNIMED CARUARU – COOPERATIVA DE
TRABALHO MÉDICO

EMBARGADO: ALZIRA DE ALMEIDA FERREIRA E OUTRO
ÓRGÃO JULGADOR 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

Relatório

Unimed Caruaru – Cooperativa de trabalho médico, regularmente qualificado e representado, opõe Embargos de Declaração com fundamento no art. 535, I e II do Código de Ritos, contra Acórdão proferido por esta 6ª Câmara Cível que, por unanimidade de votos, deu parcial provimento ao Recurso de Apelação interposto pela ora Embargada.

Aduz que o julgamento proferido por esta Câmara mostra-se obscuro e contraditório, porquanto não delimitou a abrangência de sua aplicação, na medida em que contemplou uma das recorrentes, Mônica Cecília Lemos Pereira, sem que a mesma tenha pleiteado a reativação do plano de saúde. Em derradeiro, pugna pelo provimento aos presentes embargos declaratórios, com pedido de concessão de efeitos infringentes e a conseqüente modificação do acórdão, para o fim de esclarecer que a reativação do plano de saúde, mediante contrato individual, nas mesmas condições financeiras do contrato coletivo limita-se a primeira apelante, Alzira de Almeida Ferreira.

Os Embargos vieram em autos apartados sob o nº 0152128 - 8/01 e apensos por linha aos autos da Apelação Cível 0152128-8, em cujo bojo está entranhada o Acórdão inquinado de omissão às fls. 255.

É o que se impõe a relatar.

Recife, 18 de Setembro de 2009.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0152128 - 8 /01

EMBARGANTE:

UNIMED CARUARU – COOPERATIVA DE
TRABALHO MÉDICO

EMBARGADO:

ALZIRA DE ALMEIDA FERREIRA E OUTRO
6ª CÂMARA CÍVEL

ÓRGÃO JULGADOR

RELATOR:

DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

Voto do relator

Como se sabe, os Embargos de Declaração são, em sua essência, recurso de índole meramente integrativo, destinado a suprir omissões, eliminar contradições e aclarar obscuridades eventualmente compostas na decisão embargada, possibilitando, pois, a entrega da melhor prestação jurisdicional.

In casu, no acórdão embargado (fls. 255) ficou determinado que a Apelada/Embargante "restabeleça a prestação de serviços médicos para as apelantes, mediante contrato individual, nas mesmas condições financeiras do contrato coletivo ao qual estavam vinculadas", na medida em que ambas (Alzira de Almeida Ferreira e Mônica Cecília Lemos Pereira) ,de maneira conjunta, em sede de Apelação, requereram a reforma da sentença, sendo atendidas prontamente quanto a este pedido.

No caso presente, não há qualquer obscuridade a macular o venerando Acórdão embargado, devendo manter-se íntegro pelos seus próprios fundamentos. O Acórdão embargado abordou toda a matéria nos limites que foi posta em julgamento.

Presente essas circunstâncias, nada acena com a ocorrência da alegada obscuridade e contradição proclamada pela Embargante, uma vez que o enunciado da decisão quanto à matéria decidida se mostrou claro o suficiente para ser compreendido pelas partes, livre de qualquer dificuldade de interpretação ou perplexidade.

Assim, nada havendo o que aclarar, suprir ou declarar, VOTO PARA QUE SEJAM ESTES EMBARGOS CONHECIDOS E JULGADOS IMPROCEDENTES.

É COMO VOTO.

- Recife, 22/09/2007